



Número 3645 • Belo Horizonte, terça-feira, 24 de fevereiro de 2026

SUMÁRIO

Tribunal Pleno.....	1
Diretoria da Secretaria do Pleno	1
Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres	5
Coordenadoria de Pós-Deliberação.....	9
Presidência	31
Secretaria-Geral da Presidência	63
Coordenadoria de Protocolo e Triagem	63
Segunda Câmara	64
Secretaria da 2ª Câmara	64
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	65

Tribunal Pleno

Diretoria da Secretaria do Pleno

INTIMAÇÕES

INTIMAÇÃO N. 3308/2026 – DECISÃO EM CONSULTA

Nos termos do disposto no art. 245, § 2º, I da Resolução 24/2023 - Regimento Interno TCEMG, fica intimado o consulente abaixo nominado quanto à decisão proferida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator, pelo não conhecimento da Consulta:

Relator: Cons. Subst. Telmo Passareli
Processo 1204301, Consulta

Parte(s): Lilian de Fátima Ribeiro, Instituto de Previdência Municipal de Oliveira.

Arquivo(s): DECISÃO MONOCRÁTICA

DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Fixa a forma de apresentação e envio das contas anuais do exercício financeiro de 2025 e define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento pelo Tribunal, assim como os conteúdos e

a forma das peças que os comporão e os prazos de apresentação.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX do art. 3º, pelo inciso IX do art. 35 e pelo inciso V do art. 72, todos da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008; pelo inciso XXIX do art. 3º, pelo inciso II do art. 24 e pelo inciso V do art. 350, todos da Resolução nº 24, de 13 de dezembro de 2023; e pelo inciso I do art. 3º da Resolução nº 6, de 27 de maio de 2009;

Considerando o disposto no inciso II do art. 76 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

Considerando o disposto nos arts. 88, 89 e 90 da Resolução nº 24, de 13 de dezembro de 2023;

Considerando o disposto nos arts. 3º e 8º da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas da Administração Pública direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento;

DECIDE:

Art. 1º A forma de apresentação e o envio das contas anuais do exercício financeiro de 2025 obedecerá ao disposto na Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, e as regras definidas nesta Decisão Normativa.

Art. 2º A unidade jurisdicionada deverá apresentar o rol de responsáveis a que se referem os arts. 6º e 7º da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, o qual comporá as contas anuais.

Art. 3º A prestação de contas anual deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema e-TCE, disponível para acesso no Portal do Tribunal, nos prazos a seguir definidos:

Conselheiros: Durval Ângelo Andrade (Presidente), Agostinho Célio Andrade Patrus (Vice-Presidente), Gilberto Pinto Monteiro Diniz (Corregedor), Alencar da Silveira Júnior (conselheiro), Licurgo Joseph Mourão de Oliveira (conselheiro em exercício), Hamilton Antônio Coelho (conselheiro em exercício), Adonias Fernandes Monteiro (conselheiro em exercício) e Telmo de Moura Passareli (conselheiro substituto). **Ministério Público junto ao TCE:** Marcílio Barenco Corrêa de Mello (Procurador-Geral), Daniel de Carvalho Guimarães (Subprocurador-Geral), Maria Cecília Mendes Borges, Glaydson Santo Soprani Massaria, Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte, Elke Andrade Soares de Moura e Cristina Andrade Melo.

I – em até 90 (noventa) dias do encerramento do exercício financeiro de 2025, a unidade jurisdicionada da administração direta, autárquica, fundacional ou fundo do Poder Executivo que não terá o processo de contas constituído para fins de julgamento;

II – em até 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício financeiro de 2025, a unidade jurisdicionada da administração direta, autárquica, fundacional ou fundo do Poder Executivo que tiver o processo de contas constituído para fins de julgamento; e

III – em até 150 (cento e cinquenta) dias do encerramento do exercício financeiro de 2025, a empresa estatal que tenha ou não o processo de contas constituído para fins de julgamento.

§ 1º Os documentos que compõem a prestação de contas anual deverão ser produzidos obrigatoriamente em formato digital.

§ 2º A digitalização para envio, via e-TCE, de documento da prestação de contas anual produzido em meio físico deverá ser legível, em formato pesquisável, vedada a digitalização como imagem.

§ 3º O arquivo eletrônico correspondente a documento que compõe a prestação de contas anual, a ser enviada por meio do e-TCE, deverá obedecer ao limite de tamanho de 20MB (vinte *megabytes*), em conformidade com o disposto no art. 1º da Portaria/PRES/nº 31, de 29 de abril 2021, do Tribunal.

§ 4º O dirigente máximo de unidade jurisdicionada relacionada no Anexo I desta Decisão Normativa deverá providenciar seu credenciamento como usuário externo, para acesso ao e-TCE, conforme dispõe o inciso II do art. 6º da Resolução nº 16, de 29 de novembro de 2017.

§ 5º O envio da prestação de contas anual por outro meio que não o e-TCE será considerado como omissão no dever de prestar contas, incorrendo o responsável legal na hipótese prevista no § 2º do art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2018.

Art. 4º A prestação de contas anual, a ser enviada pelo responsável pela unidade jurisdicionada constante do Anexo I desta Decisão Normativa, será composta pelos documentos arrolados no art. 8º da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, observando-se o conteúdo e as orientações

estabelecidos nos Anexos II, III, IV, V e VI desta Decisão Normativa, assim distribuídos:

I – Anexo II, para as contas anuais de órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

II – Anexo III, para as contas anuais de órgão da administração direta do Poder Executivo;

III – Anexo IV, para as contas anuais de entidade autárquica ou fundacional;

IV – Anexo V, para as contas anuais de fundo estadual;

V – Anexo VI, para as contas anuais de empresa pública, sociedade de economia mista ou relacionadas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado de Minas Gerais responda, direta ou indiretamente, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

§ 1º O documento enviado na prestação de contas, sobretudo o de natureza contábil, deve conter as informações consolidadas da unidade orçamentária; vedada a segmentação por unidade executora.

§ 2º A unidade jurisdicionada que não apresentar execução orçamentária, financeira e patrimonial durante o exercício financeiro de 2025 deverá enviar a informação e justificativa pertinente, em arquivo eletrônico próprio no e-TCE – Contas de Gestão Estadual.

§ 3º No curso da instrução do processo de prestação de contas, a unidade técnica responsável pela análise das contas poderá, por meio de diligência, requisitar quaisquer documentos complementares que considerar necessários para essa análise, independentemente de estarem elencados no rol previsto nesta Decisão Normativa.

§ 4º Além da documentação prevista nesta Decisão Normativa, a unidade técnica responsável pela análise das contas realizará consultas ao Portal de Dados Abertos do Estado de Minas Gerais, ao Módulo Contábil (SIAFI *web*) e ao Armazém de Informações do Estado de Minas Gerais.

Art. 5º A unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento do Portal de Dados Abertos do Estado

de Minas Gerais, ou outra que venha a assumir essa atribuição, deverá:

I – disponibilizar e manter atualizadas as informações constantes no Portal;

II – comunicar previamente à unidade técnica responsável pela análise das contas quaisquer alterações na estrutura, na organização ou na dinâmica de funcionamento do Portal.

§ 1º Os dados atualizados referentes ao exercício financeiro a ser avaliado na prestação de contas devem estar disponíveis até a data limite de 20 de fevereiro do ano subsequente.

§ 2º Os principais conjuntos de dados (*datasets*) utilizados para fins de análise são: proposta orçamentária e alteração orçamentária; receita pública; despesa pública; planejamento e monitoramento.

Art. 6º A prestação de contas anual deverá ser acompanhada de relatório do respectivo órgão de controle interno, nos termos do § 2º do art. 8º e do art. 10 da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 7º A unidade jurisdicionada cujas atividades se iniciaram no curso do exercício financeiro de 2025, caso tenha execução orçamentária, financeira e patrimonial, deve prestar contas observando a forma, o conteúdo e o prazo definidos nesta Decisão Normativa, independentemente da data de sua criação e ainda que não esteja relacionada no Anexo I.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, a prestação de contas anual deverá ser apresentada em até:

I – 90 (noventa) dias do encerramento do exercício financeiro de 2025, em se tratando de órgão da administração direta, de entidade autárquica ou fundacional ou de fundo;

II – 150 (cento e cinquenta) dias do encerramento do exercício financeiro de 2025, em se tratando de empresa estatal.

Art. 8º Se a unidade jurisdicionada relacionada no Anexo I desta Decisão Normativa tiver sido submetida a processo de extinção, liquidação, dissolução, transformação, fusão, incorporação ou desestatização, encerrado durante o exercício financeiro de 2025, a

prestação de contas anual deverá contemplar, além dos documentos e informações referentes à gestão ocorrida no exercício, aqueles relativos às providências adotadas para o encerramento das atividades, em especial sobre a transferência patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados.

Art. 9º Nas hipóteses em que a unidade jurisdicionada não relacionada no Anexo I desta Decisão Normativa tiver sido encerrada ou sofrido modificação em sua estrutura durante o exercício financeiro de 2025, será observado o seguinte:

I – caso a unidade ou subunidade passe a integrar a estrutura de outra unidade, a informação sobre a mudança de vinculação deve ser retratada no relatório de gestão de que trata o inciso II do art. 8º da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, tanto da unidade que originalmente integrava quanto da unidade à qual passou a integrar;

II – caso a modificação tenha se dado apenas no nome ou na estrutura interna da unidade, sendo preservada a continuidade administrativa e a essência de suas atribuições, a informação sobre tal alteração deve ser retratada no relatório de gestão e da execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada da qual seja integrante.

Art. 10. A informação sobre a aquisição ou a venda de participação em capital de empresa estatal não relacionada no Anexo I desta Decisão Normativa deve constar de tópico específico do relatório de gestão da unidade jurisdicionada titular da participação.

Art. 11 Ficam definidas as seguintes unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2025 constituídos para fins de julgamento pelo Tribunal:

I – órgãos da Administração Direta estadual:

- 1) Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG;
- 2) Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG;
- 3) Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJMMG;
- 4) Ministério Público do Estado de Minas Gerais/Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ;
- 5) Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DEF PUB;
- 6) Secretaria de Estado de Educação – SEE;

- 7) Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG;
- 8) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP;
- 9) Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG;
- 10) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;
- 11) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE;
- 12) Secretaria de Estado de Fazenda – SEF;
- 13) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE;
- 14) Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;
- 15) Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP MG;

II – entidades da administração autárquica e fundacional:

- 16) Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – IPLEMG;
- 17) Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM;
- 18) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER – MG;
- 19) Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP;
- 20) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG;
- 21) Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – Hemominas;
- 22) Fundação Clóvis Salgado – FCS;
- 23) Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA;
- 24) Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- 25) Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – IPEMMG;
- 26) Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- 27) Instituto Estadual de Florestas – IEF;

III – fundos estaduais:

- 28) Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Fundhab;
- 29) Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ;
- 30) Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC;
- 31) Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Funemp;
- 32) Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público – FDMP;

- 33) Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça – Fegaj;
- 34) Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais – FFP – MG;
- 35) Fundo Estadual de Saúde – FES;
- 36) Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais – FET – MG;
- 37) Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans;
- 38) Fundo de Investimento do Estado de Minas Gerais – MG Investe;
- 39) Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO;
- 40) Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais – FPP – MG;

IV – empresas públicas e sociedades de economia mista:

- 41) Companhia de Mineração Pirocloro de Araxá – COMIPA;
- 42) Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab;
- 43) Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa;
- 44) Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge;
- 45) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater;
- 46) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig;
- 47) Empresa Mineira de Comunicação – EMC;
- 48) Agência de Promoção de Investimentos de Minas Gerais – Invest Minas;
- 49) Minas Gerais Administração e Serviços S/A – MGS;
- 50) Minas Gerais Participações S/A – MGI;
- 51) Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Trem Metropolitano;

Art. 12 Os documentos e as informações da prestação de contas anual enviados conforme o disposto nos arts. 5º e 7º desta Decisão Normativa, cujo responsável não foi selecionado para a constituição do processo de contas, poderão ser publicados no Portal do Tribunal, com base no disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Os documentos e as informações de que trata o *caput* deste artigo poderão ainda subsidiar a realização de outra ação de fiscalização ou constituir o processo de contas, para fins de julgamento, caso o

Tribunal tenha ciência de fato ou informação que justifique a autuação de processo.

Art. 13 A unidade jurisdicionada deverá disponibilizar, em área de amplo acesso do seu sítio na *internet*, os documentos da prestação de contas entregue ao Tribunal ou documentos e informações de interesse coletivo ou geral relacionados às contas do exercício financeiro de 2025, incluindo as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, em atendimento ao art. 8º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º A divulgação de que trata o *caput* deste artigo deve ser feita pela unidade jurisdicionada em até 30 (trinta) dias, após a remessa da prestação de contas anual ao Tribunal.

§ 2º Após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas, a unidade jurisdicionada deverá acrescentar à divulgação realizada em seu sítio eletrônico a documentação decorrente das análises realizadas no âmbito deste Tribunal, incluindo, no mínimo, acórdão da decisão, parecer do Ministério Público de Contas e relatório da unidade técnica.

Art. 14 A informação classificada em qualquer grau de sigilo conforme disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou de lei específica, que não puder ser divulgada, deverá ter a sua supressão declarada no ofício de envio da prestação de contas ao Tribunal, com a citação do dispositivo legal que fundamenta a classificação como sigilosa.

Art. 15 A data fixada nesta Decisão Normativa que corresponder a dia não útil nacional ou local fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 16 Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Governador Milton Campos, em 11 de fevereiro de 2026.

Conselheiro Durval Ângelo – Presidente

Ver Anexo: Anexos I a VI da Decisão Normativa n. 01/2026

Ver Anexo: Anexo VII da Decisão Normativa n. 01/2026

Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres

A publicação a seguir vale como intimação das partes e de seus procuradores, nos termos dos arts. 358 e 359 da Resolução n. 24/2023 (RITCMG).

Processo nº: 1192429

Natureza: PEDIDO DE REEXAME

Requerente: Arisleu Ferreira Pires (Prefeito em 2019)

Órgão: Prefeitura Municipal de Biquinhas

Processo referente: Prestação de Contas do Executivo Municipal n. **1095233**

Procuradores: Rodrigo Silveira Diniz Machado, CRC/MG 64.291/O; Ricardo Chaves de Castro, CRC/MG 63.135/O; Rinaldo Roberto da Silva, CRC/MG 119.339/O; Janaina Carla Xavier Vasconcelos, OAB/MG 142.184; Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira, OAB/MG 139.385

MPTC: Elke Andrade Soares de Moura

Relator: Conselheiro em exercício Hamilton Coelho

Sessão: 10/02/2026

Inteiro Teor

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. APLICAÇÃO INFERIOR AO PISO CONSTITUCIONAL NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DESCONFORMIDADE COM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DO PARECER PRÉVIO EMITIDO PELA REJEIÇÃO DAS CONTAS.

A destinação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino em valor inferior ao estabelecido no art. 212 da Constituição da República enseja a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, inciso III, da Lei Complementar n. 102/2008.

Processo nº: 1200069

Natureza: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Embargante: Geová Tomaz de Almeida (Prefeito Municipal)

Órgão: Prefeitura Municipal de União de Minas

Processo referente: Prestação de Contas do Executivo Municipal n. **1148525**

Procuradores: Álisson Augusto Francischini, OAB/MG 224.928; Anderson de Castro e Cordeiro, OAB/MG 145.820; Ângela Cristina Pupim Lima, OAB/MG 208.912; Angelina Silva de Oliveira, OAB/MG 160.956; Bárbara Lorraine Maciel,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ROL DE RESPONSÁVEIS

Prestação de contas anual de 2025

Nome do órgão ou entidade: Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais

Unidade orçamentária: 4661

Em atendimento ao art. 2º da Decisão Normativa TCEMG nº 01/2026, de 24 de fevereiro de 2026, informo os dados do(s) dirigente(s) máximo(s) e seu(s) substituto(s):

Nome	FERNANDO PASSALIO DE AVELAR
CPF	
Cargo ou função	SECRETARIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	
Competências delegadas	
Período de gestão	01.01.2025 A 03.03.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA SECRETARIO DE ESTADO, PUBLICADO NO IOFMG DE 10.04.2021 EXONERA SECRETARIO DE ESTADO, PUBLICADO NO IOFMG DE 25.02.2025
Endereço residencial	
Endereço eletrônico	FERNANDO.PASSALIO@GAMIL.COM

Nome	MILA BATISTA LEITE CORREA DA COSTA
CPF	
Cargo ou função	SECRETARIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE

Atribuições e responsabilidades	
Competências delegadas	
Período de gestão	25.02.2025 A 31.12.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA SECRETARIO DE ESTADO, PUBLICADO NO IOFMG DE 25.02.2025
Endereço residencial	-----
Endereço eletrônico	MILABLEITE@HOTMAIL.COM

Nome	CLAUDIO DE PAIVA FERREIRA
CPF	.
Cargo ou função	CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	
Competências delegadas	RESOLUÇÃO SEDE Nº 52, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, ART. 3º.
Período de gestão	01.01.2025 A 06.04.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA CHEFE DE GABINETE, PUBLICADO NO IOFMG DE 25.06.2021 EXONERA CHEFE DE GABINETE, PUBLICADO NO IOFMG DE 28.06.2025
Endereço residencial	
Endereço eletrônico	PAIVA.CLAUDIO@GMAIL.COM

Nome	CAROLINA ROCHA VESPUCIO
CPF	
Cargo ou função	CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	

Competências delegadas	RESOLUÇÃO SEDE Nº 52, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, ART. 3º.
Período de gestão	07.04.2025 A 31.12.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA CHEFE DE GABINETE, PUBLICADO NO IOFMG DE 05.04.2025
Endereço residencial	.
Endereço eletrônico	CAROLINA.VESPUCIO@GMAIL.COM

Nome	EDUARDO QUINTANILHA DE ALBUQUERQUE
CPF	
Cargo ou função	SUBSECRETARIO DE GESTAO DE IMOVEIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	
Competências delegadas	RESOLUÇÃO SEDE Nº 52, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, ART. 7º
Período de gestão	01.01.2025 A 31.12.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA SUBSECRETARIO DE GESTAO DE IMOVEIS, PUBLICADO NO IOFMG DE 05.12.2024
Endereço residencial	
Endereço eletrônico	EDUARDOQU@GMAIL.COM

Nome	EDUARDO CESAR SILVA GOMES
CPF	
Cargo ou função	SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	
Competências delegadas	RESOLUÇÃO SEDE Nº 52, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, ART. 8º
Período de gestão	01.01.2025 A 23.03.2025

Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, PUBLICADO NO IOFMG DE 27.06.2024 EXONERA SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, PUBLICADO NO IOFMG DE 29.03.2025
Endereço residencial	.
Endereço eletrônico	DUGOME12@GMAIL.COM

Nome	JESSICA MAIARA ALVES MENEZES
CPF	.
Cargo ou função	SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE
Atribuições e responsabilidades	.
Competências delegadas	RESOLUÇÃO SEDE Nº 52, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, ART. 8º
Período de gestão	03.04.2025 A 31.12.2025
Atos de nomeação e exoneração	NOMEIA SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, PUBLICADO NO IOFMG DE
Endereço residencial	.
Endereço eletrônico	JESSICAMAIARAA@GMAIL.COM

Belo Horizonte, 25 de março de 2026

Leandro César Rezendes Santos - Masp 1002893-4
Coordenador do Núcleo de Pagamento e Benefícios

Aline Chaves Lopes - Masp 1185942-8
Diretora da Diretoria de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Cesar Rezendes Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 25/03/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Chaves Lopes, Diretora**, em 26/03/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **136240515** e o código CRC **7312E94A**.



BALANÇO DE 2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

27/02/2026 13:14:20

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 12 LEI 4320

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
RECEITAS CORRENTES	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
RECEITA PATRIMONIAL	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
TOTAL	468.195,00	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.000,00	1.000,00				1.000,00 (+)
DESPESAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00				1.000,00 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00				1.000,00 (+)
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00				1.000,00 (+)
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES	467.195,00					
SUBTOTAL COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	467.195,00					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	468.195,00	1.000,00				1.000,00 (+)
SUPERÁVIT			444.785,47			444.785,47 (-)
TOTAL	468.195,00	1.000,00	444.785,47			443.785,47 (-)



BALANÇO DE 2025

BALANÇO FINANCEIRO

27/02/2026 13:14:20

RECEITA

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 13 LEI 4320

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	444.785,47	401.644,47
RECEITA PATRIMONIAL	444.785,47	401.644,47
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	222.855.760,58	222.454.116,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	222.855.760,58	222.454.116,11
TOTAL	223.300.546,05	222.855.760,58
DESPESA		
TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	223.300.546,05	222.855.760,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	223.300.546,05	222.855.760,58
TOTAL	223.300.546,05	222.855.760,58



BALANÇO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

27/02/2026 13:14:20

QUADRO - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	444.785,47	401.644,47
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	444.785,47	401.644,47
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	444.785,47	401.644,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	222.855.760,58	222.454.116,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	223.300.546,05	222.855.760,58
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	444.785,47	401.644,47

QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	444.785,47	401.644,47
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	444.785,47	401.644,47



BALANÇO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

27/02/2026 13:14:20

ATIVO

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
1	ATIVO CIRCULANTE	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	223.300.546,05	222.855.760,58
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	223.300.546,05	222.855.760,58
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	223.300.546,05	222.855.760,58
1.1.1.1.1	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOUREARIA	223.300.546,05	222.855.760,58
1.1.1.1.2	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS/CET	222.454.116,11	222.454.116,11
1.1.1.1.2.01	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI/CIT	846.429,94	401.644,47
1.1.1.1.2.01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
1.2	IMOBILIZADO	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
1.2.3	BENS IMÓVEIS	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
1.2.3.2.1		3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
1.2.3.2.1.01		3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
TOTAL DO ATIVO		3.424.170.179,66	3.423.725.394,19

PASSIVO

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	223.300.546,05	222.855.760,58
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	444.785,47	401.644,47
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	222.855.760,58	222.454.116,11
TOTAL DO PASSIVO		3.424.170.179,66	3.423.725.394,19

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI N° 4.320/1964)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	223.300.546,05	222.855.760,58
ATIVO PERMANENTE	3.200.869.633,61	3.200.869.633,61
TOTAL DO ATIVO	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19
TOTAL DO PASSIVO	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL	3.424.170.179,66	3.423.725.394,19



BALANÇO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

27/02/2026 13:14:20

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRRETA)
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
4.3	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	444.785,47	401.644,47
4.3.3	EXPLORACAO DE BENS, DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	444.785,47	401.644,47
4.3.3.1	VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS, DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	444.785,47	401.644,47
4.3.3.1.2	VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS, DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS - INTRA OFSS	444.785,47	401.644,47
4.3.3.1.2.01	RECEITAS IMOBILIARIAS - ALUGUEIS/FOROS E LAUDEMIOS	444.785,47	401.644,47
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		444.785,47	401.644,47
TOTAL GERAL		444.785,47	401.644,47

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		444.785,47	401.644,47
TOTAL GERAL		444.785,47	401.644,47



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2025

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

27/02/2026 13:14:20

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 01 LEI 4320

RECEITAS	DESPESAS
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
RECEITA PATRIMONIAL	444.785,47
SOMA	444.785,47
TOTAL	444.785,47
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	
SOMA	444.785,47
TOTAL	444.785,47
RECEITAS CORRENTES	
SOMA	444.785,47
TOTAL	444.785,47
R E S U M O	
RECEITAS CORRENTES	444.785,47
SOMA	444.785,47
TOTAL	444.785,47



BALANÇO DE 2025

COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

27/02/2026 13:14:20

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

CÓDIGO	TÍTULO	PREVISÃO	PREVISÃO	PREVISÃO
		INICIAL	ADICIONAL	ATUALIZADA
7000.00.0.0.00.000	RECEITA INFRACORAMENTÁRIA	468.195,00	0,00	468.195,00
7300.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - RECEITA PATRIMONIAL	468.195,00	0,00	468.195,00
7310.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	468.195,00	0,00	468.195,00
7311.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	468.195,00	0,00	468.195,00
7311.01.0.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS, ARREND, FOROS, LAUDEMÍOS, TARIFFAS DE OCUPAÇÃO	468.195,00	0,00	468.195,00
7311.01.1.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	468.195,00	0,00	468.195,00
7311.01.1.1.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	468.195,00	0,00	468.195,00
7311.01.1.1.01.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL - ALUGUEIS	468.195,00	0,00	468.195,00
TOTAL		468.195,00	0,00	468.195,00



BALANÇO DE 2025

COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA ATUALIZADA COM A ARRECADADA

27/02/2026 13:14:20

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)
ANEXO 10 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	PREVISÃO		DIFERENÇAS
		ATUALIZADA (1)	ARRECADADA	
7000.00.0.0.00.000	RECEITA INFRACORAMENTARIA	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7300.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - RECEITA PATRIMONIAL	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7310.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7311.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7311.01.0.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS, ARREND, FOROS, LAUDEMIOS, TARIFAS DE OCUPACAO	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7311.01.1.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7311.01.1.1.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
7311.01.1.1.01.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL - ALUGUEIS	468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)
TOTAL		468.195,00	444.785,47	23.409,53 (-)

NOTA (1): VIDE COMPOSIÇÃO DESTA COLUNA NO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA



BALANÇO DE 2025

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARRECADAÇÃO GERAL

27/02/2026 13:14:20

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRRETA)
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	DETALHES	TIPO DE RECEITA	DESDOBRAMENTOS	ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA ORIGEM
7000.00.0.0.00.000	RECEITA INFRACORAMENTÁRIA					444.785,47
7300.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - RECEITA PATRIMONIAL					444.785,47
7310.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO					
7311.00.0.0.00.000	RECEITA INTRA - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO			444.785,47	444.785,47	
7311.01.0.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS, ARREND, FOROS, LAUDEMÍOS, TARIFFAS DE OC			444.785,47		
7311.01.1.0.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS			444.785,47		
7311.01.1.1.00.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL		444.785,47			
7311.01.1.1.01.000	RECEITA INTRA - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL - ALUGUEIS	444.785,47				
TOTAL						444.785,47



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2025

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA

27/02/2026 13:14:20

		FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRRETA)				
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	ANULAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL
4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)						
L E G I S L A Ç Ã O						
4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)						
LEI	25124 DE 30.12.2024	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2025

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

27/02/2026 13:14:20

4661 - FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS (1220)

FUNDOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO INDIRRETA)
ANEXO 11 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	CRÉDITOS AUTORIZADOS	REALIZADA	DIFERENÇA
3000	DESPESAS CORRENTES			
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	0,00	1.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS			
TOTAL		1.000,00	0,00	1.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Relatório de Conformidade Contábil - RCC SEDE/DPOF nº. Dezembro/2026

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL - RCC		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO	REF: MÊS/ANO
Fundo de Ativos Imobiliários do Estado de Minas Gerais - FAIMG	4661	12/2025

1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaramos que os registros contábeis processados no SIAFI-MG estão lastreados em documentação legal e atendem à legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/00, as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade, ressalvadas as observações relatadas no campo "2" em forma de Notas Explicativas.

2 - INCONFORMIDADES

Seq	Conta Contábil	Saldo(R\$)	Inconformidade	Medidas adotadas para regularização
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
22				
23				
24				
25				
26				

Local: Belo horizonte	Data de emissão:	27/01/2026
------------------------------	-------------------------	------------

Contador		
-----------------	--	--

Nome	Assinatura	C.R.C.
Denise Martins		43291

Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças ou Unidade Equivalente		
--	--	--

Nome	Assinatura	MASP/MATRICULA
Aparecida Lopes da Costa		350205-1

NOTA	ANEXO AO RCC - NOTAS EXPLICATIVAS
-------------	--

1	
2	
3	
4	
6	
7	
8	

9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

Local: Belo horizonte		Data de emissão:27/01/2026
Contador		
Nome		C.R.C.
Denise Martins		43291
Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças ou Unidade Equivalente		
Nome		MASP/MATRICULA
Aparecida Lopes da Costa		350205-1



Documento assinado eletronicamente por **Denise Martins, Servidor(a) Público (a)**, em 28/01/2026, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Lopes Da Costa, Diretor (a)**, em 29/01/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131586409** e o código CRC **A066A658**.

Referência: Caso resposta este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1190.01.0001880/2025-84

SEI nº 131586409



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

DECLARAÇÃO

Declaramos, em conformidade com a Instrução Normativa TCEMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011 e Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 24 de fevereiro de 2026, que o Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais - FAIMG, CNPJ 33.396.928/0001-96, Unidade Orçamentária 4661, gerido pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, CNPJ 19.377.514/0001-99, conforme Lei 24.313 de 28. de abril de 2023, **não apresentou execução orçamentária/financeira** na U.O. 4661 no exercício de 2025.

Thamiris Clece de Jesus Jorge
Contadora- CRCMG 126959/0

Aparecida Lopes da Costa, Masp 350205-1
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças

Jéssica Maiara Alves Menezes, Masp 1381175
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Lopes Da Costa, Diretor (a)**, em 25/03/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maiara Alves Menezes, Superintendente**, em 25/03/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamiris Clece de Jesus Jorge, Servidor(a) Público (a)**, em 26/03/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **136240930** e o código CRC **305E0E56**.

Referência: Processo nº 1220.01.0001281/2026-63

SEI nº 136240930



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Ofício SEDE/DPOF nº. 8/2026

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

Ao Exmo. Sr.
Conselheiro Durval Ângelo Andrade
Presidente
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte - MG

Assunto: Prestação de Conta do Exercício Financeiro 2025

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1220.01.0001281/2026-63].

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, encaminho a V. Exa. os documentos que compõem a prestação de contas anual da gestão do exercício financeiro de 2025 do Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais - FAIMG -, CNPJ 33.396.928/0001-96, unidade orçamentária 4661, nos termos do art. 241, parágrafo único, inciso II, e dos arts. 243 e 244, todos da Resolução TCEMG nº 12, de 19 de dezembro de 2008, bem como nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 24 de fevereiro de 2026.

Cumprir esclarecer, por oportuno, que ocorreu abertura de crédito orçamentário no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), mas sem qualquer movimentação orçamentária, financeira e patrimonial no exercício de 2025.

Declaro, por fim, que não há informações nesta prestação de contas anual classificadas em qualquer grau de sigilo, conforme dispõe o art. 14 da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 24 de fevereiro de 2026; e que há informações na documentação da prestação de contas anual que possuem grau de restrição, em virtude do caráter pessoal, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), o que, contudo, não impede a publicação, desde que realizadas as supressões necessárias.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, no âmbito de suas atribuições, mantém-se à disposição para o que fizer necessário.

Reiteramos, na oportunidade, nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Mila Batista Leite Corrêa da Costa**, **Secretário (a) de Estado**, em 29/03/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **136165186** e o código CRC **BA9ABEBF**.

Referência: Processo nº 1220.01.0001281/2026-63

SEI nº 136165186

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Prédio Gerais, 8º Andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



Comprovante nº 136708816/SEDE/DPOF
Processo Nº 1220.01.0001281/2026-63

Recibo



PROCESSO ELETRÔNICO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REGISTROU O RECEBIMENTO DA SEGUINTE REMESSA

Protocolo: 639105681150000000

Órgão: FUNDO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS

Data de Envio: 31/03/2026 15:35:15



Documento assinado eletronicamente por **Karina Oliveira de Jesus, Servidor(a) Público (a)**, em 31/03/2026, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **136708816** e o código CRC **0D49D438**.